

GDF quer "ficha limpa" para obter empréstimos

Igor Silveira

Após conseguir o empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no final de janeiro deste ano, o Governo do Distrito Federal (GDF) entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido para retirar todos os órgãos e entidades vinculados a ele no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN). A tentativa de sair do cadastro de inadimplentes tem o objetivo de facilitar o aval do Tesouro Nacional para empréstimos no exterior.

No caso do dinheiro emprestado pelo BID, o GDF obteve sucesso por causa de uma liminar concedida pela presidente do Supremo, ministra Ellen Gracie, no dia 28 de dezembro do ano passado. Antes disso, o governador José Roberto Arruda precisou de mais de um ano

para enxugar as contas do governo e promover um ajuste fiscal. Com a liminar e as contas equilibradas, o governo conseguiu quase US\$ 176,77 milhões, que serão investidos no programa de transporte público Brasília Integrada.

■ Outras instâncias

Desta vez, no entanto, a vontade do GDF é que as vantagens obtidas pela liminar sejam definitivas. "A inscrição no CAUC/CADIN como inadimplente inviabiliza a obtenção de aval do Tesouro Nacional para empréstimos externos, bem como a liberação de transferências voluntárias de recursos da União para os Estados e o Distrito Federal", informa o STF.

"É praticamente uma obrigação jurídica do GDF, que irá tentar a decisão favorável em todas as instâncias. Se não funcionar, o governo será obrigado a pagar tudo o que deve", explica o diretor de Jornalismo da Agência de Comunicação Social do GDF, Paulo Pestana.